

A RELAÇÃO ENTRE O IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL (ITR) E A PRESERVAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

Melícia Conceição de Souza¹

Ana Paula Santos Basto²

Lanna Evellyn Magalhães Oliveira³

Daniel Resende Freitas⁴

Resumo: O Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) e a preservação ambiental no Brasil. O ITR, um imposto federal, possui características que o tornam um instrumento de política pública voltado para a conservação ambiental, incentivando proprietários rurais a manterem áreas de preservação permanente e reservas legais. A pesquisa, de caráter qualitativo, empregou revisão bibliográfica e análise documental para examinar a eficácia do ITR como mecanismo de proteção ambiental. Os resultados apontam que, embora o ITR tenha potencial para promover a sustentabilidade, sua aplicação enfrenta desafios como a fiscalização insuficiente e a necessidade de maior clareza nas normativas. O estudo sugere a necessidade de reformas e uma integração mais ampla com outras políticas ambientais para maximizar seu impacto positivo.

Palavras-chave: ITR (Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural). Preservação ambiental. Política pública. Sustentabilidade. Fiscalização.

INTRODUÇÃO

A preservação ambiental é uma prioridade crescente no Brasil, particularmente no contexto das áreas rurais, que abrigam ecossistemas essenciais. O Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) é uma ferramenta fiscal que visa promover a conservação dessas áreas. Instituído pela Lei nº 9.393/1996, o ITR foi desenhado para atuar como um instrumento de política pública, oferecendo benefícios fiscais a proprietários rurais que mantêm áreas de preservação e reservas legais em conformidade com as exigências ambientais. Este trabalho busca analisar o papel do ITR na preservação ambiental, avaliando

¹ Aluna do curso de Ciências Contábeis, Unifimes, souzamelicia77@gmail.com.

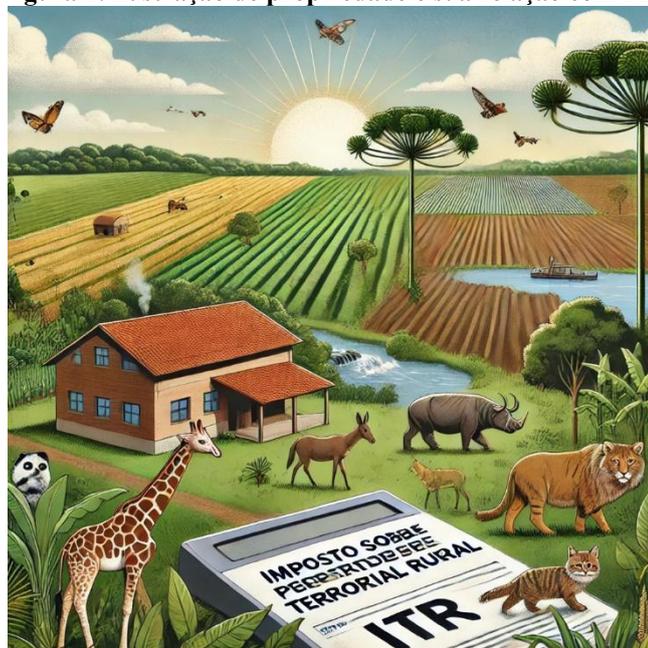
² Aluna do curso de Ciências Contábeis, Unifimes

³ Aluna do curso de Ciências Contábeis, Unifimes

⁴ Professor orientador, Unifimes.

sua eficácia e os principais desafios enfrentados em sua aplicação. A pesquisa também explora a relação entre as políticas fiscais e a sustentabilidade, oferecendo recomendações para aprimorar a atuação do ITR no contexto ambiental.

Figura 1: ilustração de propriedade e sua relação com ITR



Fonte: Elaborada pela autora com auxílio de IA.

REVISÃO DA LITERATURA

A literatura sobre o ITR e sua relação com a preservação ambiental é rica e diversificada. Conforme Souza (2021), o ITR desempenha um papel crucial ao criar incentivos financeiros para que os proprietários rurais preservem áreas ambientalmente sensíveis, como reservas legais e áreas de preservação permanente (APPs). Souza argumenta que essa estrutura fiscal pode ser um mecanismo eficaz para combater o desmatamento e a degradação ambiental, especialmente em áreas de alta pressão agrícola.

De acordo com Almeida (2020), a eficácia do ITR como instrumento de preservação ambiental está intimamente ligada à sua aplicação prática e à fiscalização. A autora destaca que, apesar de o imposto prever benefícios fiscais para áreas preservadas, a falta de fiscalização adequada e a existência de brechas na legislação comprometem sua eficácia. Além disso, a integração insuficiente entre o ITR e outras políticas ambientais limita o alcance dos benefícios ambientais esperados.

Outro aspecto relevante discutido na literatura é a necessidade de reformas na legislação do ITR para torná-lo mais eficaz. Martins (2019) sugere que a atualização das normativas e a clarificação das regras relacionadas ao cálculo e à aplicação do imposto

poderiam aumentar a adesão dos proprietários rurais às práticas de conservação, resultando em maior proteção ambiental.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada nesta pesquisa é qualitativa, combinando uma revisão bibliográfica abrangente com análise documental de relatórios governamentais e estudos de caso sobre a aplicação do ITR. A revisão bibliográfica envolveu a consulta a livros, artigos acadêmicos e publicações de órgãos públicos, com foco em estudos que analisam a relação entre políticas fiscais e preservação ambiental.

A análise documental incluiu a avaliação de relatórios do Ministério da Economia, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), entre outros. Esses documentos forneceram dados sobre a arrecadação do ITR, a extensão das áreas preservadas, e os desafios enfrentados na implementação das políticas associadas ao imposto. A abordagem qualitativa permitiu uma compreensão aprofundada das complexidades e nuances envolvidas na aplicação do ITR como instrumento de preservação ambiental.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados desta pesquisa revelam que o ITR tem potencial significativo para promover a preservação ambiental, mas enfrenta desafios consideráveis em sua aplicação.

Eficácia do ITR

O ITR tem se mostrado eficaz em incentivar a manutenção de áreas de preservação permanente (APPs) e reservas legais. Proprietários rurais que cumprem com as exigências ambientais conseguem benefícios fiscais que podem reduzir consideravelmente o valor do imposto a ser pago. Esse incentivo financeiro tem levado ao aumento da adesão às práticas de conservação em algumas regiões do país, conforme relatado por Souza (2021).

Desafios na Fiscalização

No entanto, a eficácia do ITR é frequentemente limitada pela fiscalização insuficiente. A dificuldade dos órgãos públicos em monitorar todas as propriedades rurais e verificar o

cumprimento das obrigações ambientais impede que o ITR atinja seu pleno potencial. Como Almeida (2020) aponta, a falta de recursos e a complexidade das áreas rurais dificultam a aplicação de sanções aos proprietários que não cumprem com as normas, reduzindo o efeito dissuasor do imposto.

Necessidade de Reformas

A pesquisa também destaca a necessidade de reformas no sistema do ITR. Martins (2019) argumenta que a legislação atual apresenta lacunas que permitem interpretações ambíguas, especialmente em relação ao cálculo do imposto e à definição das áreas de preservação. A revisão dessas normativas, aliada à maior clareza e simplificação dos processos, poderia aumentar a adesão dos proprietários rurais e, conseqüentemente, os benefícios ambientais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo conclui que o ITR é um instrumento valioso para a preservação ambiental no Brasil, mas que necessita de melhorias significativas para alcançar seu potencial máximo. A fiscalização deve ser fortalecida para garantir que os proprietários rurais cumpram com suas obrigações ambientais, e a legislação deve ser revisada para eliminar ambiguidades e aumentar a eficácia do imposto. Além disso, a integração do ITR com outras políticas ambientais é essencial para maximizar seu impacto na conservação dos recursos naturais.

Recomenda-se a implementação de um sistema de monitoramento mais eficaz, a simplificação das normas fiscais e a criação de programas educacionais que incentivem os proprietários rurais a aderirem voluntariamente às práticas de preservação ambiental. Com essas medidas, o ITR pode se tornar uma ferramenta ainda mais poderosa na luta pela conservação do meio ambiente no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. R. *O Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural e a Preservação Ambiental*. Editora Sustentável, 2020.

MARTINS, C. P. *Reforma Tributária e Sustentabilidade: Desafios e Oportunidades*. Editora Eco, 2019.

XIX SEMANA UNIVERSITÁRIA XVIII ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E XI FEIRA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

BIOMAS DO BRASIL:
DIVERSIDADE, SABERES
E TECNOLOGIAS SOCIAIS

16 A 18
OUTUBRO/2024



PATROCÍNIO



SOUZA, L. M. *Política Fiscal e Meio Ambiente: O Papel do ITR na Conservação dos Recursos Naturais*. Editora Verde, 2021.

